



SENADO FEDERAL

Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Programa de Trabalho para a Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo.

I – A Comissão Especial do Pacto Federativo observará, nos seus trabalhos, as etapas a seguir:

1. formação de três coordenações temáticas no âmbito da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo com os seguintes objetivos:
  - a. levantamento das demandas dos governos estaduais e municipais;
  - b. levantamento das proposições tramitando nesta Casa que contemplem as demandas em questão;
  - c. agrupamento das proposições por tema;
  - d. identificação das demandas pendentes de iniciativa parlamentar;
2. apresentação de relatórios por coordenação temática
3. apresentação de relatório consolidado pelo Relator Geral
4. discussão e aprovação de propostas

II – As coordenações temáticas no âmbito da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo, cada uma composta por 5 Senadores, são as seguintes:

- a) Coordenação de Finanças Estaduais – Coordenadora:  
Senadora Lúcia Vânia
- b) Coordenação de Finanças Municipais: Coordenadora:  
Senadora Ana Amélia
- c) Coordenação de Organização Administrativa e Serviços  
Públicos: Coordenador Senador Antonio Anastasia

III – Cronograma dos Trabalhos:

**17.06.2015** – Apresentação pelos Coordenadores Temáticos dos relatórios atendendo aos levantamentos, agrupamentos e identificação de proposições referidos no Item I, discriminando-se:

- a) proposições prontas para inclusão na Ordem do Dia;
- b) proposições que poderão ser objeto de consolidação ou apresentação de substitutivos;
- c) novas proposições.

**30.06.2015** – Apresentação pelo Relator Geral de Relatório/Sumário consolidando as propostas dos Coordenadores Gerais.

**Até 08.09.2015** – Apreciação das propostas e Conclusão dos trabalhos

  
**Senador Walter Pinheiro**  
Presidente

  
**Senadora Simone Tebet**  
Vice-Presidente

  
**Senador Fernando Bezerra Coelho**  
Relator

## ANEXO – LEVANTAMENTO PRELIMINAR

### I. DEMANDAS DOS ESTADOS

- 1) desoneração dos investimentos em saneamento;
- 2) unificação das alíquotas de ICMS interestadual;
- 3) prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação;
- 4) compensação relativas à Lei Kandir;
- 5) desoneração do PIS/PASEP incidente sobre as receitas de estados;
- 6) permissão para levantar depósito judiciais e administrativos;
- 7) alteração dos critérios de rateio de recursos do SUS;
- 8) não contingenciamento dos repasses do SUS;
- 9) Programa Federal de Educação Integral;
- 10) Fundo Nacional de Segurança Pública;
- 11) estabelecimento de gastos mínimos com segurança pública;
- 12) compensação aos entes afetados por desonerações tributárias federais/estaduais;
- 13) desoneração de PIS/Cofins sobre tarifas públicas de consumidores de municípios pobres;
- 14) competência comum para tratar de segurança pública;
- 15) não contingenciamento dos recursos do Funpen;
- 16) ressarcimento das seguradoras e planos de saúde ao SUS;
- 17) piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos;
- 18) ressarcimento aos regimes próprios da parcela que o servidor público haja recolhido ao INSS;
- 19) manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes;
- 20) inclusão de contribuições na repartição de receitas da União.

## **II. DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS**

- 1) Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores;
- 2) impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação;
- 3) incluir representante municipal no Confaz;
- 4) atualizar o IPTU no início de cada mandato;
- 5) desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios;
- 6) isentar os municípios de contribuições sociais e CIDE;
- 7) isentar os municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços;
- 8) atualizar pelo INPC os repasses para execução de programas federais;
- 9) promover encontro de contas das dívidas previdenciárias;
- 10) proibir criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita;
- 11) impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal;
- 12) incluir a CNM como ente legitimado a propor ADIN/ADC;
- 13) proibir a contratação de servidores públicos para executar programas federais e estaduais;
- 14) flexibilizar estrutura organizacional de municípios pequenos;
- 15) determinar repasse pela União dos recursos necessários para o pagamento do piso nacional;
- 16) ampliar para 50% o valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual;
- 17) fazer a União complementar os valores que os municípios gastam além do que determina a CF;
- 18) mudar a regra de arrecadação do ISS para as atividades das administradoras de cartão de crédito e débito.

## **III. TEMAS AGRUPADOS SEGUNDO COORDENAÇÃO TEMÁTICA**

**1. finanças estaduais:**

- 1.1. unificação das alíquotas de ICMS interestadual;
- 1.2. prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação;
- 1.3. compensação relativas à Lei Kandir;
- 1.4. desoneração do PIS/PASEP incidente sobre as receitas de estados;
- 1.5. permissão para levantar depósito judiciais e administrativos;
- 1.6. compensação aos entes afetados por desonerações tributárias federais/estaduais;
- 1.7. ressarcimento aos regimes próprios da parcela que o servidor público haja recolhido ao INSS;
- 1.8. inclusão de contribuições na repartição de receitas da União;
- 1.9. prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação.

**2. finanças municipais:**

- 2.1. impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação;
- 2.2. incluir representante municipal no Confaz;
- 2.3. atualizar o IPTU no início de cada mandato;
- 2.4. desonerar do PIS/PASEP as receitas de municípios;
- 2.5. isentar os municípios de contribuições sociais e CIDE;
- 2.6. isentar os municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços;
- 2.7. atualizar pelo INPC os repasses para execução de programas federais;
- 2.8. promover encontro de contas das dívidas previdenciárias;

- 2.9. proibir criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita;
  - 2.10. ampliar para 50% o valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual;
  - 2.11. fazer a União complementar os valores que os municípios gastam além do que determina a CF;
  - 2.12. impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal;
  - 2.13. mudar a regra de arrecadação do ISS para as atividades das administradoras de cartão de crédito e débito.
- 3. organização administrativa e serviços públicos:**
- 3.1. desoneração dos investimentos em saneamento;
  - 3.2. alteração dos critérios de rateio de recursos do SUS;
  - 3.3. não contingenciamento dos repasses do SUS;
  - 3.4. Programa Federal de Educação Integral;
  - 3.5. Fundo Nacional de Segurança Pública;
  - 3.6. estabelecimento de gastos mínimos com Segurança Pública;
  - 3.7. desoneração de PIS/Cofins sobre tarifas públicas de consumidores de municípios pobres;
  - 3.8. competência comum para tratar de segurança pública;
  - 3.9. não contingenciamento dos recursos do Funpen;
  - 3.10. ressarcimento das seguradoras e planos de saúde ao SUS;
  - 3.11. piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos;
  - 3.12. manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes;
  - 3.13. Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores;
  - 3.14. incluir a CNM como ente legitimado a propor ADIN/ADC;
  - 3.15. proibir a contratação de servidores públicos para executar programas federais e estaduais;

3.16.flexibilizar estrutura organizacional de municípios pequenos.

#### **IV. PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO**

Preliminarmente, foram identificadas 21 proposições relacionadas com as demandas dos estados e 34 relacionadas com as demandas dos municípios, que podem ser assim agrupadas:

- a) finanças estaduais: 13;
- b) finanças municipais: 21;
- c) organização administrativa e serviços públicos: 21

#### **V. DEMANDAS NÃO CONTEMPLADAS EM PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO**

Do total de 38 demandas, quatro demandas estaduais e sete demandas municipais não estão contempladas por proposições ora tramitando nesta Casa, quais sejam:

- 1. manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes;
- 2. piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos;
- 3. ressarcimento aos regimes próprios da parcela que o servidor público haja recolhido ao INSS;
- 4. desoneração de PIS/Cofins sobre tarifas públicas de consumidores de municípios pobres;
- 5. ampliar para 50% o valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual, com o objetivo de descentralizar recursos;

6. atualização pelo INPC dos repasses para execução de programas federais
7. desobrigar os municípios com população inferior a 20 mil habitantes a ter a mesma estrutura organizacional do governo federal e dos municípios maiores;
8. promover encontro de contas das dívidas previdenciárias;
9. incluir representante municipal no Confaz;
10. proibir contratação de servidores públicos para executar atividades exclusivas dos programas federais e estaduais;
11. proibir criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita.

## VI. SUMÁRIO DE PROPOSIÇÕES

Os quadros a seguir discriminam as quantidades de proposições por demanda:

<b>Demandas dos Estados</b>	<b>QTDE.</b>
Alteração dos critérios de rateio de recursos do SUS	1
Compensação aos entes afetados por desonerações tributárias federais/estaduais	2
Compensação relativas à Lei Kandir	4
Competência comum para tratar de segurança pública	1
Desoneração de PIS/COFINS sobre tarifas públicas de consumidores de municípios pobres	0
Desoneração dos investimentos em saneamento	1
Desoneração do PIS/PASEP incidentes sobre as receitas de Estados	1
Estabelecimento de gastos mínimos com segurança pública	1
Fundo Nacional de Segurança Pública	1
Inclusão de contribuições na repartição de receitas da União	2
Manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes	0
Não contingenciamento dos recursos do Funpen	1
Não contingenciamento dos repasses do SUS	1
Permitir levantamento de depósito judiciais e administrativos	1
Piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos	0
Programa Federal de Educação Integral	1
Prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação	1
Ressarcimento aos regimes próprios da parcela que o servidor público haja recolhido ao INSS	0
Ressarcimento das seguradoras e planos de saúde ao SUS	1
Unificação das alíquotas de ICMS interestadual	1
<b>Total</b>	<b>21</b>

<b>Demandas dos Municípios</b>	<b>QTDE.</b>
Ampliar para 50% do valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual, com o objetivo de descentralizar recursos	0

<b>Demandas dos Municípios</b>	<b>QTDE.</b>
Atualizar o IPTU no início de cada mandato	1
Atualizar pelo INPC os repasses para execução de programas federais	0
Desobrigar os municípios com população inferior a 20 mil habitantes a ter a mesma estrutura organizacional do governo federal e dos municípios maiores	0
Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	5
Promover encontro de contas das dívidas previdenciárias	0
Fazer a União complementar os valores que os municípios gastam além do que determina a CF	1
Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	5
Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	9
Incluir a CNM como ente legitimado a propor ADIN/ADC	1
Incluir representante municipal no Confaz	0
Isentar os municípios de Contribuições Sociais e CIDE	1
Isentar os municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços	2
Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores	4
Proibir contratação de servidores públicos para executar atividades exclusivas dos programas federais e estaduais	0
Proibir criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita	0
Determinar repasse pela União dos recursos que extrapolem os 60% do Fundeb para pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional	3
Mudar a regra de arrecadação do ISS para as atividades das administradoras de cartão de crédito e débito	2
<b>Total</b>	<b>34</b>

## VII. RELAÇÃO DE PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Projeto (se houver)	Demandas dos Estados	Categoria	Ementa	Estado - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PLS 95/2015 de 05/03/2015</a>	Desoneração dos investimentos em saneamento	Finanças Estaduais	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).	<a href="#">SF PLS 95/2015 de 05/03/2015</a>	SENADOR - José Serra	26/05/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	26/05/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Devolvido pelo relator, Senador Blairo Maggi, com relatório pela aprovação do Projeto (fls. 15-19).	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PRS 1/2013 de 04/02/2013</a>	Unificação das alíquotas de ICMS interestadual	Finanças Estaduais	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais.	<a href="#">SF PRS 1/2013 de 04/02/2013</a>	EXTERNO - Presidente da República	27/05/2015 - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	MATÉRIA COM A RELATORIA - Juntam-se ao processado, nesta data, as atas e notas traquigráficas das 11ª e 12ª Reuniões Extraordinárias da CDR (fls 574 a 645); Ao gabinete do Relator.	3 (CDR/CCJ,PLEN)	Não
<a href="#">SF PEC 78/2013 de 17/12/2013</a>	Prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação	Finanças Estaduais	Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.	<a href="#">SF PEC 78/2013 de 17/12/2013</a>	DEPUTADO - Carlos Bezerra	21/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	21/05/2015 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	1 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 312/2013 de 06/08/2013</a>	Compensação relativas à Lei Kandir	Finanças Estaduais	Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	<a href="#">SF PLS 312/2013 de 06/08/2013</a>	SENADOR - Pedro Simon	19/01/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	19/01/2015 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	1 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 22/2014 de 16/07/2014</a>	Compensação relativas à Lei Kandir	Finanças Estaduais	Inclui o art. 91-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre o ressarcimento aos Estados e Municípios decorrente da desoneração de tributos sobre as exportações, e dá outras providências.	<a href="#">SF PEC 22/2014 de 16/07/2014</a>	SENADORA - Ana Amélia e outro(s) Sr(s). Senador(es)	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 136/2015 de 19/03/2015</a>	Compensação relativas à Lei Kandir	Finanças Estaduais	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	<a href="#">SF PLS 136/2015 de 19/03/2015</a>	SENADORA - Lúcia Vânia	30/03/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	30/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	1 (CAE)	Sim
<a href="#">PLS 137/2015</a>	Compensação relativas à Lei Kandir	Finanças Estaduais	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	<a href="#">PLS 137/2015</a>	SENADORA - Lúcia Vânia	30/03/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	30/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 86/2013 de 15/03/2013</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Estados	Finanças Estaduais	Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.	<a href="#">SF PLS 86/2013 de 15/03/2013</a>	SENADOR - Aloysio Nunes Ferreira	26/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	26/05/2015 - AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO (Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 120 de 2008; 86 e 238, de 2013.)	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 183/2015 de 05/03/2015</a>	Permitir levantamento de depósito judiciais e administrativos	Finanças Estaduais	Dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e revoga a Lei nº 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.	<a href="#">SF PLS 183/2015 de 05/03/2015</a>	SENADOR - José Serra	13/04/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	13/04/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	2 (CAE/CCJ)	Não
<a href="#">SF PLS 189/2014 de 22/05/2014</a>	Alteração dos critérios de rateio de recursos do SUS	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências, para dispor sobre a utilização do critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano no rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados para os demais entes da Federação.	<a href="#">SF PLS 189/2014 de 22/05/2014</a>	SENADOR - Cássio Cunha Lima	13/03/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	13/03/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA – Relator Senador Humberto Costa	2 (CAE/PLEN)	Não

Projeto (se houver)	Demandas dos Estados	Categoria	Ementa	Estado - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PLS 158/2014 de 06/05/2014</a>	Não-contingenciamento dos repasses do SUS	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera o art. 2º da Lei Complementar n.º 141, de 13 de dezembro de 2012, que "Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências."	<a href="#">SF PLS 158/2014 de 06/05/2014</a>	SENADOR - Vital do Rêgo	12/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	12/05/2015 - AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO - Requerimento, de autoria do Senador José Pimentel, requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Complementares nºs 150 de 2005; 20, 86, 591, de 2011; 62, 99 e 376, de 2012; 14, 44, 351 e 430, de 2013; 25, 141, 158, 183, 277, 295, 386, 419 e 426, de 2014; e 165 de 2015; e com o PLC - Complementar nº 3, de 2015.	3 (CAE/CAS/PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 320/2008 de 27/08/2008</a>	Programa federal de educação integral	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.	<a href="#">SF PLS 320/2008 de 27/08/2008</a>	SENADOR - Cristovam Buarque	28/04/2015 - Comissão de Educação	28/04/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Devolvido pelo relator, Senador Randolfe Rodrigues, com relatório concluindo pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo oferecido. A matéria encontra-se em condições de ser incluída em pauta.	1 (CE)	Sim
<a href="#">SF PEC 24/2012 de 09/05/2012</a>	Fundo Nacional de Segurança Pública	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.	<a href="#">SF PEC 24/2012 de 09/05/2012</a>	SENADOR - João Capiberibe e outro(s) Sr(s). Senador(es)	22/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	22/05/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO - Devolvido pelo Senador Acécio Neves, sem alteração no Relatório, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade, regimental e, no mérito, favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 26/2012 de 10/03/2012</a>	Estabelecimento de gastos mínimos com segurança pública	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública.	<a href="#">SF PEC 26/2012 de 10/03/2012</a>	COMISSÃO - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 31/2011 de 04/05/2011</a>	Compensação aos entes afetados por desonerações tributárias federais/estaduais	Finanças Estaduais	Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.	<a href="#">SF PEC 31/2011 de 04/05/2011</a>	SENADOR - Acécio Neves e outro(s) Sr(s). Senador(es)	03/02/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	2 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 12/2009 de 28/04/2009</a>	Compensação aos entes afetados por desonerações tributárias federais/estaduais	Finanças Estaduais	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.	<a href="#">SF PEC 12/2009 de 28/04/2009</a>	SENADOR - Flexa Ribeiro e outro(s) Sr(s). Senador(es)	11/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Desoneração de PIS/COFINS sobre tarifas públicas de consumidores de municípios pobres	Finanças Estaduais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					Sim
<a href="#">SF PEC 33/2014 de 28/10/2014</a>	Competência comum para tratar de segurança pública	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	<a href="#">SF PEC 33/2014 de 28/10/2014</a>	SENADOR - Ricardo Ferraço e outro(s) Sr(s). Senador(es)	28/04/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	28/04/2015 - INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA. Incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa de 29.04.2015. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Matéria não apreciada na sessão de 27.05.2015, transferida para a sessão deliberativa de 28.05.2015.	2 (PLEN)	Não

<a href="#">SF PLS 25/2014 de 06/02/2014 - Complementar</a>	Não-contingenciamento dos recursos do FUNPEN	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Acrescenta parágrafos ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências".	<a href="#">SF PLS 25/2014 de 06/02/2014 - Complementar</a>	SENADORA - Ana Amélia	18/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	03/02/2015 - Tendo em vista o encerramento das atividades da Comissão Temporária destinada a debater e propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil, fica prejudicado o Requerimento nº 770, de 2014. O Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2014-Complementar, retorna à CCI, seguindo posteriormente à CAE. 18/05/2015 - Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação em conjunto dos PLS 150, de 2005; 20, 86, 591, de 2011; 62, 99 e 376, de 2012; 14, 44, 351 e 430, de 2013; 25, 141, 158, 183, 277, 295, 386, 419 e 426, de 2014; 165, de 2015 - todos Complementares; e PLC nº 3, de 2015 - Complementar.	3 (CCI/CAE/PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 308/2015 de 26/05/2015</a>	Ressarcimento das seguradoras e planos de saúde ao SUS	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).	<a href="#">SF PLS 308/2015 de 26/05/2015</a>	SENADORA - Marta Suplicy	28/05/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	28/05/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	2 (CAE/CAS)	Não
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos	Organização Administrativa/Serviços Públicos		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Ressarcimento aos regimes próprios da parcela que o servidor público haja recolhido ao INSS	Finanças Estaduais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes	Organização Administrativa/Serviços Públicos		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					Sim
<a href="#">SF PEC 12/2013 de 19/03/2013</a>	Inclusão de contribuições na repartição de receitas da União	Finanças Estaduais	Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.	<a href="#">SF PEC 12/2013 de 19/03/2013</a>	SENADOR - Flexa Ribeiro e outro(s) Sr(s). Senador(es)	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim

Projeto (se houver)	Demandas dos Estados	Categoria	Ementa	Estado - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PEC 125/2011 de 20/12/2011</a>	Inclusão de contribuições na repartição de receitas da União	Finanças Estaduais	Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM.	<a href="#">SF PEC 125/2011 de 20/12/2011</a>	SENADOR - Acir Gurgacz e outro(s) Sr(s). Senador(es)	03/02/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	2 (PLEN)	Sim
Projeto (se houver)	Demandas dos Municípios	Categoria	Ementa	Município - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PLS 302/2015 de 26/05/2015</a>	Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei nº 11.107, de 6 de Abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.	<a href="#">SF PLS 302/2015 de 26/05/2015</a>	SENADOR - Fernando Bezerra Coelho	28/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	28/05/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS - Prazo para apresentação de emendas: Primeiro dia: 28/05/2015. Último dia: 03/06/2015.	1 (CCI)	Não
<a href="#">SF PLS 303/2015 de 26/05/2015</a>	Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera o Decreto Lei 6.017 de 17 de janeiro de 2007.	<a href="#">SF PLS 303/2015 de 26/05/2015</a>	SENADOR - Fernando Bezerra Coelho	28/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	28/05/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS - Prazo para apresentação de emendas: Primeiro dia: 28/05/2015. Último dia: 03/06/2015.	1 (CCI)	Não
<a href="#">SF PLS 178/2014 de 15/05/2014</a>	Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para permitir a celebração de convênio entre a União e consórcio público, mediante a exclusão de ente consorciado inadimplente com a União.	<a href="#">SF PLS 178/2014 de 15/05/2014</a>	SENADOR - Cidinho Santos	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	1 (CCI)	Não
<a href="#">SF PLS 196/2014 de 28/05/2014</a>	Lei dos Consórcios Públicos: CAUC e contratação de servidores	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios públicos quando da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem.	<a href="#">SF PLS 196/2014 de 28/05/2014</a>	SENADOR - Pedro Taques	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	1 (CCI)	Não
<a href="#">SF PEC 2/2012 de 08/02/2012</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.	<a href="#">SF PEC 2/2012 de 08/02/2012</a>	SENADOR - Benedito de Lira e outro(s) Sr(s). Senador(es)	03/02/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	29/08/2013 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. 03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desampensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.	2 (PLEN)	Sim

<a href="#">SF PEC 68/2012 de 18/12/2012</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera o art. 151 da Constituição Federal para compensar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por perda de receita decorrente de isenções de tributos concedidas pela União.	<a href="#">SF PEC 68/2012 de 18/12/2012</a>	SENADOR - Wilder Morais e outro(s) Sr(s). Senador(es)	30/12/2014 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	29/08/2013 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. 03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 70/2012 de 18/12/2012</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera os arts. 159 e 165 da Constituição Federal para estabelecer a compensação pela União da concessão de benefícios fiscais que incidam sobre a base de cálculo das receitas dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.	<a href="#">SF PEC 70/2012 de 18/12/2012</a>	SENADORA - Ana Amélia e outro(s) Sr(s). Senador(es)	06/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	06/05/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA. O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá.	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim

Projeto (se houver)	Demandas dos Municípios	Categoria	Ementa	Município - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PEC 31/2011 de 04/05/2011</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.	<a href="#">SF PEC 31/2011 de 04/05/2011</a>	SENADOR - Aécio Neves e outro(s) Sr(s). Senador(es)	03/02/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	29/08/2013 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. 03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desamparamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.	2 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 125/2011 de 20/12/2011</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM.	<a href="#">SF PEC 125/2011 de 20/12/2011</a>	SENADOR - Acir Gurgacz e outro(s) Sr(s). Senador(es)	03/02/2015 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	29/08/2013 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. 03/02/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desamparamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.	2 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 225/2014 de 15/07/2014</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, para prever compensações nos casos de reduções de alíquota.	<a href="#">SF PLS 225/2014 de 15/07/2014</a>	SENADOR - Ricardo Ferraço	17/12/2014 - Comissão de Assuntos Econômicos	07/08/2014 - MATÉRIA COM A RELATORIA (Senador Humberto Costa)	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 230/2009 de 01/06/2009</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.	<a href="#">SF PLS 230/2009 de 01/06/2009</a>	SENADOR - Alvaro Dias	25/05/2015 - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	25/05/2015 - O Presidente da CDR designa o Senador Romero Jucá para relatar a matéria. Tramita conjunto os PLS nºs 150, de 2005; 90, 180 e 414, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012 - todos Complementares.	9 (CDR/CAS/CRA/CDH/CMA/CE/CCI/CAE/ PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 12/2009 de 28/04/2009</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.	<a href="#">SF PEC 12/2009 de 28/04/2009</a>	SENADOR - Flexa Ribeiro e outro(s) Sr(s). Senador(es)	11/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCI/2 PLEN)	Sim

<a href="#">SF PLS 222/2011 de 04/05/2011</a>	Impedir redução no repasse do FPM quando houver queda de arrecadação	Finanças Municipais	Acrescenta o art. 1º- A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º - A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios - FPM e dos Estados - FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências.	<a href="#">SF PLS 222/2011 de 04/05/2011</a>	SENADOR - Aécio Neves	26/02/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	26/02/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO. Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Agripino, favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.	2 (CJ/CAE)	Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Inclusão de representante municipal no CONFAZ	Finanças Municipais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					

Projeto (se houver)	Demandas dos Municípios	Categoria	Ementa	Município - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PLS 277/2014 de 08/10/2014 - Complementar</a>	Atualização do IPTU no início de cada mandato	Finanças Municipais	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para prever que a revisão da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a atualização monetária dos valores que a compõem constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.	<a href="#">SF PLS 277/2014 de 08/10/2014 - Complementar</a>	SENADOR - Antonio Carlos Rodrigues	12/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO.	26/11/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos. PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO. Devolvido pelo relator, Senador Francisco Dornelles, com relatório favorável ao Projeto (fls. 06-09). 12/05/2015 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO. AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO. Requerimento, de autoria do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Complementares nºs 150 de 2005; 20, 86, 591, de 2011; 62, 99 e 376, de 2012; 14, 44, 351 e 430, de 2013; 25, 141, 158, 183, 277, 295, 386, 419 e 426, de 2014; e 165 de 2015; e com o Projeto de Lei da Câmara - Complementar nº 3, de 2015.	2 (CAE/PLEN)	Não
<a href="#">SF PLS 348/2014 de 26/11/2014</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	Finanças Municipais	Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro.	<a href="#">SF PLS 348/2014 de 26/11/2014</a>	SENADOR - Vital do Rêgo	20/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	20/03/2015 - CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. MATÉRIA COM A RELATORIA. Em 20/03/2015, o Senador Humberto Costa é designado Relator da matéria.	2 (CDR/CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 86/2013 de 15/03/2013</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	Finanças Municipais	Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.	<a href="#">SF PLS 86/2013 de 15/03/2013</a>	SENADOR - Aloysio Nunes Ferreira	26/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	26/05/2015 - AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO (Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 120 de 2008; 86 e 238, de 2013.)	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 238/2013 de 18/06/2013</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	Finanças Municipais	Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para excluir os valores destinados ao pagamento de benefícios do regime próprio de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal da base de cálculo das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP das pessoas jurídicas de direito público interno.	<a href="#">SF PLS 238/2013 de 18/06/2013</a>	SENADOR - Luiz Henrique	26/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	26/05/2015 - AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO (Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 120 de 2008; 86 e 238, de 2013.)	2 (CCI/CAS)	Sim
<a href="#">SF PLS 440/2013 de 18/06/2013</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	Finanças Municipais	Altera a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, para estender a redução a zero das alíquotas da contribuição social para o PIS/Pasep e da Cofins às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte no território das regiões metropolitanas regularmente constituídas e dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do artigo 4º da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.	<a href="#">SF PLS 440/2013 de 18/06/2013</a>	SENADOR - Acir Gurgacz	13/03/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	13/03/2015 - O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Benedito de Lira relator da Matéria. A Matéria encontra-se pronta para a pauta, com relatório pela aprovação do Projeto (fls. 09-12).	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 120/2008 de 08/04/2008</a>	Desonerar do PIS/PASEP as receitas de Municípios	Finanças Municipais	Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para reduzir a alíquota da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de que trata a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970. *Obs.: Não extingue. Reduz.	<a href="#">SF PLS 120/2008 de 08/04/2008</a>	SENADOR - Antonio Carlos Valadares	26/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	26/05/2015 - AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO (Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 120 de 2008; 86 e 238, de 2013.)	1 (CAE)	Sim
<a href="#">SF PLS 215/2014 de 11/06/2014</a>	Isentar os Municípios de Contribuições Sociais e CIDE	Finanças Municipais	Acrescenta o art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir contribuição previdenciária sobre a receita corrente líquida para os Municípios de até 80.000 (oitenta mil) habitantes, em substituição às contribuições previstas no art. 22, I e II, da referida Lei.	<a href="#">SF PLS 215/2014 de 11/06/2014</a>	SENADOR - Romero Jucá	09/04/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	09/04/2015 - O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Gleisi Hoffmann relatora da Matéria.	2 (CAE/CAS)	Sim
<a href="#">SF PLS 456/2013 de 05/11/2013</a>	Isentar os Municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços	Finanças Municipais	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre os artigos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratórios nas operações destinadas aos entes públicos e às entidades beneficentes de assistência social.	<a href="#">SF PLS 456/2013 de 05/11/2013</a>	SENADORA - Ana Amélia	19/03/2015 - Comissão de Assuntos Sociais	19/03/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA. Instalada a Comissão, o Presidente, Senador Edison Lobão, devolve a matéria ao Relator, Senador Humberto Costa.	2 (CAS/CAE)	Sim

<a href="#">SF PLS 240/2008 de 17/06/2008</a>	Isentar os Municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços	Finanças Municipais	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.	<a href="#">SF PLS 240/2008 de 17/06/2008</a>	SENADOR - Alvaro Dias	26/02/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	26/02/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	1 (CAE)	Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Atualização pelo INPC dos repasses para execução de programas federais	Finanças Municipais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					

Projeto (se houver)	Demandas dos Municípios	Categoria	Ementa	Município - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade. Na Câmara dos Deputados tramita o PL nº 6.498/2013.	Encontro de contas das dívidas previdenciárias	Finanças Municipais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade. Na Câmara dos Deputados tramita o PL nº 6.498/2013.					
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade. Na Câmara dos Deputados tramita a PEC nº 172/2012.	Proibir criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita	Finanças Municipais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade. Na Câmara dos Deputados tramita a PEC nº 172/2012.					
<a href="#">SF PEC 63/2015 de 25/05/2015</a>	Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Acrescenta parágrafo ao art. 60 do ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil para estabelecer regras asseguradas do pagamento do piso salarial nacional do magistério pelos Municípios.	<a href="#">SF PEC 63/2015 de 25/05/2015</a>	Senador Cristovam Buarque e outros	25/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 14/2013 de 05/02/2013 - Complementar</a>	Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.	<a href="#">SF PLS 14/2013 de 05/02/2013 - Complementar</a>	Senador Eunício Oliveira	2/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO. Requerimento, de autoria do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Complementares nºs 150 de 2005; 20, 86, 591, de 2011; 62, 99 e 376, de 2012; 14, 44, 351 e 430, de 2013; 25, 141, 158, 183, 277, 295, 386, 419 e 426, de 2014; e 165 de 2015; e com o Projeto de Lei da Câmara - Complementar nº 3, de 2015.	2 (CAE/PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 132/2013 de 17/04/2013</a>	Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o fim de criar a possibilidade de acordo entre a União e os municípios para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública das redes municipais.	<a href="#">SF PLS 132/2013 de 17/04/2013</a>	Senador Eduardo Amorim	05/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	05/03/2015 - CCI - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO. Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade.	1 (CCI)	Sim
<a href="#">SF PLS 155/2013 de 06/05/2013</a>	Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei 11.738/2008 que Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para imputar a União o pagamento do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica.	<a href="#">SF PLS 155/2013 de 06/05/2013</a>	Senador Cristovam Buarque	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 CCI - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	2 (CCI/CE)	Sim
<a href="#">SF PLS 62/2012 de 21/03/2012 - Complementar</a>	Impedir criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo.	<a href="#">SF PLS 62/2012 de 21/03/2012 - Complementar</a>	Senador Randolfe Rodrigues	19/01/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	19/01/2015 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.	1 (PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC36/2009 de 12/08/2009</a>	Incluir a CNM como ente legitimado a propor ADIN/ADC	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional, possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.	<a href="#">SF PEC36/2009 de 12/08/2009</a>	SENADOR - Sérgio Zambiasi e outro(s) Sr(s). Senador(es)	18/03/2015 - Arquivado	25/03/2010 PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. 18/03/2015 - ARQUIVADO	2 (PLEN)	Não
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Proibição de contratação de servidores públicos para executar atividades exclusivas dos programas federais e estaduais	Organização Administrativa/Serviços Públicos		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Desobrigar os municípios com população inferior a 20 mil habitantes a ter a mesma estrutura organizacional do governo federal e dos municípios maiores	Organização Administrativa/Serviços Públicos		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					
<a href="#">SF PEC 63/2015 de 25/05/2015</a>	Repasse pela União dos recursos que extrapolem os 60% do FUNDEB para pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Acrescenta parágrafo ao art. 60 do ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil para estabelecer regras asseguradas do pagamento do piso salarial nacional do magistério pelos Municípios.	<a href="#">SF PEC 63/2015 de 25/05/2015</a>	Senador Cristovam Buarque e outros	25/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim
<a href="#">SF PEC 53/2013 de 15/10/2013</a>	Repasse pela União dos recursos que extrapolem os 60% do FUNDEB para pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera o inciso VII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incrementar o percentual de complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	<a href="#">SF PEC 53/2013 de 15/10/2013</a>	Senador Delcídio do Amaral e outros	10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	3 (CCJ/2 PLEN)	Sim

<a href="#">SF PLS 164/2014 de 07/05/2014</a>	Repassa pela União dos recursos que extrapolem os 60% do FUNDEB para pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional	Organização Administrativa/Serviços Públicos	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).	<a href="#">SF PLS 164/2014 de 07/05/2014</a>	Senador Cássio Cunha Lima	13/03/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	13/03/2015 CAE - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Valdir Raupp relator da Matéria. A Matéria encontra-se pronta para a pauta, com relatório favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta	2 (CAE/CE)	Sim
Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade	Ampliação para 50% do valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual, com o objetivo de descentralizar recursos	Finanças Municipais		Não há proposições tramitando no Senado com essa finalidade					

Projeto (se houver)	Demandas dos Municípios	Categoria	Ementa	Município - Continuação	Autor(a)	Local	Situação	Nº de Comissões a Tramitar + Plenário	Ônus Financeiro à União
<a href="#">SF PLS 86/2011 de 15/03/2011 - Complementar (A proposição relaciona-se indiretamente ao assunto, pois os entes que descumprem os limites constitucionais de gastos com educação e saúde deixam de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de assistência social, educação e saúde.</a>	Fazer a União complementar os valores que os municípios gastam além do que determina a CF	Finanças Municipais	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes.	<a href="#">SF PLS 86/2011 de 15/03/2011 - Complementar (A proposição relaciona-se indiretamente ao assunto, pois os entes, que descumprem os limites constitucionais de gastos com educação e saúde deixam de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de assistência social, educação e saúde.</a>	Senador Benedito de Lira	12/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO	26/11/2014 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos. PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO. Devolvido pelo relator, Senador Francisco Dornelles, com relatório favorável ao Projeto (fls. 06-09). 12/05/2015 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO. AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO. Requerimento, de autoria do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Complementares nºs 150 de 2005; 20, 86, 591, de 2011; 62, 99 e 376, de 2012; 14, 44, 351 e 430, de 2013; 25, 141, 158, 183, 277, 295, 386, 419 e 426, de 2014; e 165 de 2015; e com o Projeto de Lei da Câmara - Complementar nº 3, de 2015.	2 (CAE/PLEN)	Sim
<a href="#">SF PLS 168, de 08/05/2014 - Complementar</a>	Mudar a regra de destinação da arrecadação do ISS para as atividades das administradoras de cartão de crédito e débito	Finanças Municipais	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	<a href="#">SF PLS 168, de 08/05/2014 - Complementar</a>	Senadora Lúcia Vânia	17/12/2014 - Comissão de Assuntos Econômicos	17/12/2014 - Comissão de Assuntos Econômicos - Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.	2 (CAE/PLEN)	Não
<a href="#">SF 414, de 14/11/2012 - Complementar</a>	Mudar a regra de destinação da arrecadação do ISS para as atividades das administradoras de cartão de crédito e débito	Finanças Municipais	Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza em serviços relativos a cartões de crédito e débito.	<a href="#">SF 414, de 14/11/2012 - Complementar</a>	Senador Cidinho Santos	14/04/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos	14/04/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Agripino relator da Matéria. Ao Relator.	2 (CAE/PLEN)	Não